



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

**Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Saúde
Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental**

Monografia de Conclusão de Curso

Capoeira e Identidade Nacional no Período do Estado Novo

Luanda Luiza Santos da Fonseca

Orientador: José Roberto Franco Reis

Rio de Janeiro – 2007

Luanda Luiza Santos da Fonseca

***Capoeira e identidade Nacional no período do
Estado Novo***

Monografia apresentada no curso de Ensino
Médio Integrado à Educação Profissional
Técnica de Nível Médio em Saúde de
Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental

Rio de Janeiro

2007

*“Deixa o menino jogar ô iaiá
Deixa o menino jogar ô iaiá
Deixa o menino aprender ô iaiá
Que a saúde do povo daqui
É o medo dos homens de lá
A consciência do povo daqui
É o medo dos homens de lá
Sabedoria dos povo daqui
É o medo dos homens de lá”.*
*Natiruts - Deixa o menino jogar
Natiruts*

Dedico esta monografia ao meu exemplo, não só de produção acadêmica brilhante que consegui desenvolver durante sua história, mas também de vida, pela emocionante trajetória de força e perseverança: minha mãe, Dr. Vera Lúcia Luiza.

Agradecimentos

Minha sincera gratidão a todos que colaboraram para que este trabalho pudesse ser concluído com êxito. Agradeço especialmente aos amigos Mayra Fernandes, Mayara Náiade, Paloma Frazão, Amália Silva, Thalita Alves, Hiorran Coelho e Vitor Garcia por todo apoio, suporte e carinho fundamentais, mesmo que à distância; à amiga Juliana Salomão pelas madrugadas de “apoio moral” e comemorações alternativas a cada etapa finalizada, às amigas Bianca Leandro e Marcelle dos Santos pelas necessárias broncas e estabelecimento metas coletivas, ao secretário do LABFORM Marcelo pela ajuda quanto aos encontros com o orientador, ao orientador José Roberto, sem o qual este trabalho sequer existiria e aos Mestres Martins e Siomara pela inspiração para o tema.

Resumo

A visão da sociedade em relação à capoeira foi mudando ao longo do tempo, bem como sua função dentro da sociedade. O que no início era uma prática de resistência e revolta dos negros perante à escravidão e de afirmação cultural de um segmento da sociedade, acabou sendo apropriado pelo Estado Novo como um símbolo nacional. Ou seja, o que antes era uma forma de se defender se tornou um esporte e um espetáculo para turistas; mais que isso, um ícone de identidade da nação brasileira, tal como o futebol e o samba.

No presente trabalho busca-se fazer uma breve recuperação histórica da capoeira, pontuando o seu significado em cada época, de modo a analisar o momento em que o Estado se apropria da capoeira e procura fazer dela um dos elementos simbólicos de expressão de uma perseguida identidade nacional.

Palavras-chave: capoeira, Estado Novo, símbolo nacional.

CONTEÚDO

Introdução.....	1
Capítulo 1 – História e sociedade: da <i>capoeira escrava</i> ao Estado Novo.....	4
Capítulo 2 - Estado Novo e a formação de uma identidade nacional.....	18
Capítulo 3 – Capoeira: resistência, símbolo da brasilidade ou ambos?.....	27
Considerações finais.....	34
Bibliografia.....	36

Introdução

A capoeira é uma luta que teve origem com a formação de uma nova cultura pelos negros que foram trazidos da África e escravizados no Brasil. Esta origem se deu numa época em que toda uma cultura negra estava se formando paralela à cultura europeia à qual eram submetidos não só os escravos, mas também os índios e quaisquer outros nichos da sociedade que residiam na colônia. Era uma forma de resistência à escravização e uma forma de manter uma cultura própria dos escravos, negando assim, ao menos em parte, a proposta europeia de dominação pela cultura e oferecendo, desta forma, alguma resistência ao sistema que lhes era imposto.

Mesmo com a abolição da escravidão, num momento de transição entre a fase colonial para a que veio em seguida, com o Brasil já independente, a capoeira ainda era marginalizada e proibida, por ser uma manifestação da cultura negra. Também era, pelo mesmo motivo, proibida a manifestação de qualquer religião afro-brasileira. Assim, mesmo com todas as transformações políticas e sociais, os negros e ex-escravos (qualquer que fosse a cor da pele) estavam à margem da sociedade, pois eram na sua grande maioria pobres (a abolição da escravidão acabou causando um problema de inserção social dos negros libertos, o que não será alvo de estudo da presente monografia) e tinham sua cultura reprimida, quando não proibida verbal e legalmente, sendo passada adiante na surdina, conservando com isso o caráter de resistência deste segmento da sociedade para com as condições as quais eram submetidos e a imposição de uma outra cultura, “pré-moldada” e inadequada à realidade dos mesmos. Toda a estrutura da sociedade estava apoiada no padrão de colonização europeu escravocrata, e não havia ainda o sentimento de nação brasileira com uma identidade instituída, o que

fazia da população brasileira um conglomerado de pessoas esforçando-se para viver numa terra com a qual não tinha maior familiaridade.

Havia, portanto, uma nova cultura em processo de formação e fundamentação, e teve como parte de sua base de costumes, as danças como o jongo, as religiões afro-brasileiras, e a capoeira. Todos estas manifestações culturais tinham extrema importância para os escravos e seus descendentes que, privados de sua cultura, da convivência com sua comunidade de origem, da liberdade e de condições razoáveis de vida, encontravam nessa nova manifestação uma forma de resistência à dominação e de não ceder à cultura a qual eram submetidos e que não correspondia à sua realidade.

No chamado Estado Novo (1937-45), ditadura liderada por Getúlio Vargas, com a perspectiva de formação de um Estado forte e intervencionista, o Brasil passou por um processo político de unificação e homogeneização cultural. Esta unificação fazia parte de uma proposta governamental que visava a formação de uma identidade nacional que reforçasse e legitimasse o regime. O Estado Novo pretendia-se autenticamente brasileiro, engajado com os problemas da população e forjador da nacionalidade em processo de consolidação. Estado e sociedade deveriam formar um só corpo, forte, uno, capaz de gerar ordem e progresso.

Esta busca de formação de um imaginário de nação soberana, liderada por um governante carismático, protetor e conhecedor dos problemas e soluções da nação brasileira, se valeu de intensa propaganda política, recorrendo a modos inovadores de transmissão desta propaganda, bem como de forte repressão política.

Houve, portanto, grande esforço e investimento por parte do governo na formação de um ideário simbólico de brasilidade, que expressasse a essência do Brasil e

da nação brasileira, de acordo com as diretrizes político-ideológicas do regime, mas que não foi inventado ou criado e sim *apropriado* da própria cultura pré-existente.

A capoeira, que até então era proibida e marginalizada, foi sendo incorporada com o objetivo de ser transformada em símbolo da cultura nacional e, para isso, teve que despir-se da visão de violência e marginalidade que até então a acompanhava. Com isto, ganhou status, passou a ser praticada por pessoas de diversos segmentos da sociedade. Abriram-se academias de capoeira em locais mais nobres economicamente e esta tornou-se um espetáculo que todos os turistas que passam pela Bahia, por exemplo, procuram assistir. Perdeu, com isto, seu caráter de resistência e de luta para adquirir uma forma mais lúdica, sendo considerada uma espécie de marca cultural especificamente brasileira, um dos símbolos de uma suposta identidade nacional.

Neste trabalho pretendemos recuperar a dinâmica de transformação da capoeira descrita acima de forma breve, levando em consideração seu caráter cambiante de cultura de resistência e de identidade cultural negra no Brasil e o processo que historicamente a constituiu como fator de identidade nacional brasileira, observado sobretudo durante o período do Estado Novo.

Capítulo 1 – História e sociedade: da *capoeira escrava* ao Estado Novo.

Deu-se, no século XV, a expansão marítima do velho continente. Dentro da sua lógica de colonização e exploração a favor de sua economia mercantilista e seus recém-formados Estados Absolutistas, os europeus chegaram à Índia e à América passando pela costa africana e extraíndo de lá muitas riquezas, dentre estas os escravos. Estes constituíam um comércio muito lucrativo na época, até mesmo devido à lógica mercantil de colonização e eram conseguidos nas feitorias através de acordos e negociações. Os escravos estavam inseridos em toda uma lógica mercantil da época, pois eram importante e lucrativa mercadoria, além de serem o que movimentava todo o processo de exploração e desenvolvimento das colônias. Porém, só se tornavam escravos por serem submetidos a um processo violento no qual os europeus sujeitavam-nos a uma grande brutalidade e impunham a sua cultura, crença e hábitos; o que caracteriza o chamado eurocentrismo. No caso brasileiro, a exploração se deu pelos portugueses, pioneiros no processo de expansão marítima e “donos” da costa africana (por serem os primeiros a passarem pela mesma, o que lhes dava algumas vantagens, dentre eles o “domínio” dos mares e terras descobertos e o poder de explorá-los), de onde tiravam seus escravos.

Com toda a repressão que sofriam, arrancados de seus locais de origem, impedidos de exercer e viver sua cultura, seus hábitos e crenças, forçados a submeter-se a uma cultura que não atendia as suas necessidades e não era compatível com a sua compreensão de mundo, os escravos trazidos da África começaram um processo de criação de uma “cultura paralela”, à margem daquela a qual eram submetidos, que

correspondesse ao que viviam e entendiam a respeito do mundo, inclusive da condição à que estavam submetidos, o que já expressa uma manifestação de resistência, da forma que se podia, à esta condição. Esta “cultura paralela” em formação representava também uma unidade encontrada por estes escravos que, oriundos de grupos étnicos diferentes, tinham em comum apenas a condição escrava nas terras de além mar e a origem africana.

Antes da exploração de algum recurso natural em terras brasileiras houve apenas expedições de reconhecimento e demarcação das terras como colônias portuguesas, mas a colonização ainda não havia começado verdadeiramente. A colonização começou de fato com a exploração do empreendimento açucareiro e desde o início da exploração das terras americanas os escravos africanos foram a base da mão-de-obra, exceto num momento inicial onde os índios cumpriram esse papel num sistema de trocas conhecido como escambo. Com o início da cultura da cana de açúcar basicamente nas capitanias nordestinas, esta se tornou rapidamente uma atividade muito lucrativa, crescendo à medida que a demanda por açúcar aumenta cada vez mais. O fato de que Portugal já contava com uma bagagem sobre o cultivo de cana-de-açúcar, devido a experiências anteriores em outras colônias, também ajudou no sucesso da implantação da plantation açucareira em terras brasileiras.

Com isso, cresceu também a necessidade de uma maior quantidade de escravos para atender as necessidades de força de trabalho nas plantações. Formou-se então uma sociedade constituída basicamente por senhores de engenho e suas famílias, escravos, religiosos e homens livres que eram responsáveis pelo comércio e atividades que mantinham a estrutura das cidades; padrão que se manteve até o fim da era colonial e início da república. A base dessa economia açucareira eram os escravos, por serem a

mão-de-obra mais viável utilizada nos engenhos. Devido à existência das grandes monoculturas que atendiam a demanda mundial de açúcar dentre outros trabalhos braçais que, naturalmente, deveriam ser executados por escravos; estes constituíam a maior parcela dessa população colonial e ocupavam a base da pirâmide da sociedade açucareira, sendo neste período que a quantidade de escravos africanos se sobrepõe a de escravos indígenas.

A convivência entre os escravos, a contínua subjugação de sua cultura, hábitos e crenças e a diferença cultural até mesmo entre os próprios escravos - devido a grande diversidade de etnias na África -, que também tinham diferenças substanciais entre si e, não raro, sequer falavam o mesmo dialeto, representava mais um obstáculo.

Tudo isso aumentou a necessidade da criação de uma cultura à margem da oficial, que fosse dos escravos, que desse uma unidade às diferentes etnias que conviviam nas senzalas, que representasse o que eles viviam, o que sentiam, seus costumes, suas lembranças e heranças do seu local de origem e que, simultaneamente, significasse alguma resistência ao que lhes era imposto.

A grande diversidade de etnias africanas diferentes acabou tornando única essa mistura cultural criada nas senzalas. Houve aqui um diálogo entre os povos africanos que nem em África ocorreu com a intensidade que se deu nas terras brasileiras, devido toda a interação de indivíduos dos mais diferentes povos que a escravidão proporcionou.

Segundo Soares:

“Assim, podemos dizer que cultura africana é um elemento que só teve existência articulada como categoria específica no Brasil, no guante da experiência escrava. Angolas, minas, monjolos, cabindas só puderam se descobrir africanos, e partilhando uma herança comum na experiência do cativo e da diáspora.” (Soares, 1994:25)

Havia, portanto, no ambiente e condições dos grandes engenhos e fazendas de açúcar, uma série de mecanismos que impediam a organização em massa dos escravos ou qualquer movimento de rebelião. Conforme Areias (1983), os escravos eram organizados em grupos de etnias e dialetos diferentes, com a alimentação insuficiente e ineficaz, morando em lugares insalubres e sem o menor conforto (as senzalas), vigiados rigorosamente e sem qualquer acesso a armas de nenhum tipo, para dificultar sua comunicação e organização contra seus senhores e sua condição ou quaisquer atos de rebeldia ou tentativa de fuga.

Apesar dos eficientes mecanismos de controle de massa, seria praticamente impossível impedir as tentativas isoladas de reação de variadas formas, mesmo essas eram severamente reprimidas. Com isso, houve fugas, suicídio e insubordinação, dentre outras ações isoladas. Contudo, naquele momento, ainda não havia nenhuma reação na forma de uma organização de escravos, o que só viria a acontecer a partir das invasões holandesas à capitania de Pernambuco. Lá, os holandeses chegaram inclusive a se estabelecer e se organizar, sob o governo de Maurício de Nassau.

Os holandeses foram definitivamente expulsos pelos portugueses em 1654, mas a breve estadia daqueles em terras brasileiras trouxe conseqüências, pois, com as atenções desviadas para os invasores, os senhores de engenho tiveram que afrouxar momentaneamente do rigor no controle dos escravos. Dada esta oportunidade, houve uma fuga em massa de escravos que, uma vez fora do alcance dos senhores e seus braços armados, começaram a organizar redutos escondidos na mata, os chamados quilombos e um tempo depois, fugiam inclusive para as cidades onde já encontravam mecanismos pra se inserirem num nicho de outros fugitivos e viverem, mesmo que à margem da sociedade, em condições melhores.

Nesses quilombos, essa cultura em formação pôde fluir com maior liberdade e naturalidade. Com isso, os quilombos foram formando-se como pequenas vilas, clãs e era imprescindível que houvesse um esquema de segurança eficiente e um mecanismo de camuflagem na mata, para que ficassem o mais imperceptíveis possíveis aos olhos dos capitães do mato e quaisquer outros que buscassem escravos fugidos.

Quer fosse nas senzalas ou nos quilombos, a cultura em formação dos escravos trazidos da África e seus descendentes (escravos ou não) estava em crescente movimento, com o surgimento de elementos e resgate de outros vividos nos locais de origem dos diversos povos encontrados na semelhante condição de escravo. A capoeira surgiu como mais um elemento dessa cultura em formação, mistura das heranças e tradições dos povos africanos em convivência no cativeiro da colônia, que tinham como ponto em comum a condição de escravos e a origem africana. Ao reunirem suas lembranças e culturas, somando-as aos elementos criados em cativeiro e adaptados a nova realidade, forjavam uma nova cultura, própria a nova realidade em que viviam. Estava, assim, se formando uma cultura correspondente ao que viviam e ao que acreditavam, que abarcasse seu modo de viver, pensar e agir, compatível com a nova realidade a qual deveriam responder de forma a sobreviver e resistir. Lutar sem deixar que a luta ficasse aparente aos olhos de senhores, capatazes e capitães do mato ou quaisquer outras representações de repressão a toda legitimidade cultural escrava. Que fosse, enfim, a identidade unificada dos diversos povos que formavam a nação escrava das senzalas brasileiras. Segundo Soares:

“Pensamos a capoeira como um braço possível dessa protonação banto; síntese de uma disparidade de ritos, rituais, danças cerimoniais e guerreiras, ela representou a forma cultural possível que os jovens africanos encontraram de responder às violências e demandas de uma sociedade urbana hostil.” (Soares, 1994:26)

A capoeira aparece então como mais uma forma de resistir à violência a qual eram submetidos os escravos, com golpes eficientes, um movimentar constante e movimentos de defesa muito diferente das lutas européias. Não há um consenso entre as bibliografias existentes sobre quais os ancestrais africanos que geraram a capoeira ao certo, nem quanto à data aproximada da criação, se é que se pode chamar assim, da capoeira como se conhece hoje. Nestor Capoeira (1992) cita Muniz Sodré em seu livro e afirma o seguinte:

“A questão do ‘começo’ é um falso problema – na capoeira e em geral. O importante não é o ‘começo’ – a data histórica não tem tanto interesse assim-, mas sim o ‘princípio’: quais as condições que a geraram e o que a mantém em expansão. Isto é: o conjunto de condições e circunstâncias históricas e culturais para que aquele jogo tenha se expandido. No caso da capoeira, o ‘começo’ é brasileiro, mas o ‘princípio’ – tanto o fundamento, a historicidade, quanto o mito - é africano”.

Há também uma divergência sobre ser brasileira ou africana, mas sabe-se que foi uma mistura de danças e lutas de África, assimilada no Brasil com todo o sincretismo que se deu entre as diferentes nações africanas tornadas escravas aqui, num momento em que toda uma cultura escrava estava se formando. Usaremos, para vias de esclarecimento apenas do caráter dos movimentos e golpes da capoeira, a referência bibliográfica de Nestor Capoeira (1992).

Há relatos e documentos, nos anos de 1820 a 1830, referindo-se a um “jogo guerreiro” escravo, com “fintas, pulos, negaças e cabeçadas ‘semelhantes às dos bodes’”. Outros elementos da capoeira também estavam presentes em diversas manifestações negras da época. As pernadas são tradicionais em muitas lutas africanas, inclusive em um ritual de disputa entre rapazes onde o campeão podia escolher uma noiva sem ter que pagar o dote, como de costume, campeão este de uma luta na qual imitavam os coices das zebras, chamada efundula (N’golo). Também a dança, os saltos e o floreio acrobático vieram de tradições africanas diversas. A identificação de quais

costumes, danças, ritmos e lutas que originaram a capoeira como se conhece no Brasil é motivo de grande divergência, mas basta tê-las como de origens africanas (Soares, 1994:20 a 25).

A configuração das atividades econômicas e da sociedade brasileira passou, obviamente, por sucessivas mudanças ao longo do tempo. Descobriu-se jazidas de metais preciosos na região sudeste (principalmente onde que hoje é o estado de Minas Gerais) e, com isso, a atividade de extração e exploração dessas minas também utilizou a mão-de-obra escrava. Houve, dentre as várias mudanças ocorridas nesse período, uma expansão pelo interior da colônia para a criação de gado que buscava atender as necessidades dos engenhos de açúcar e das áreas de mineração. Expandiu-se a ocupação também para o litoral norte da colônia e nas regiões que atualmente são o Pará e o Amazonas, onde basicamente não houve exploração como no resto da colônia, exceto pela produção e pelo comércio de especiarias (drogas do sertão), com mão-de-obra majoritariamente indígena, que não é o objeto deste estudo.

O ciclo do ouro contribuiu para a formação de cidades maiores e urbanizadas no final do século XVII e século XVIII, como o Rio de Janeiro, principal porto de exportação do ouro colonial, que veio inclusive a se tornar capital da colônia. Isso se deveu ao crescimento da importância da atividade mineradora para a metrópole e para a economia da colônia. O principal eixo econômico colonial se transferiu do nordeste para o sudeste da colônia.

Com isso, houve então a criação e o surgimento de toda uma estrutura e infraestrutura urbana, inclusive com a migração de grandes contingentes de portugueses e de moradores da colônia para a região mineradora. Desenvolveram-se a produção e o cultivo de alimentos voltados para as necessidades das novas áreas de ocupação, cidades

portuárias e demais localidades relacionadas com a estrutura dessa atividade expandiram-se. Formam-se, assim, cidades maiores nunca dantes existentes na colônia, com uma maior complexidade das relações e classes sociais, surgimento de novos setores na sociedade e de uma elite intelectual, com a formação de uma vida cultural ativa e dinâmica na colônia.

Com o surgimento destas cidades, apareceram também novas relações de servidão entre senhores e escravos. Muitos escravos eram agora domésticos, destinados apenas aos serviços braçais nas casas e estruturas urbanas e outras pequenas demandas da vida na cidade. Nesses novos pólos econômicos, cidades e zonas mineradoras, houve uma maior possibilidade de revolta e resistência, com ações como a compra da alforria com o ouro contrabandeado das minas, fugas mais freqüentes e rebeliões, aumentando assim a quantidade de quilombos e comunidades escravas. Ocorria então uma mudança fundamental: passaram a existir organizações coletivas de resistência negra, que representava uma real ameaça para a ordem da colônia e todo o seu sistema de funcionamento.

A cultura adaptada à compreensão e realidade dos escravos, ainda em processo de formação (a cultura de uma sociedade viva está sempre acrescentando coisas e, portanto, em processo de formação, mas nesse caso tem o sentido de que ainda está sedimentando fundamentos e bases enquanto cultura própria) agora tinha espaço nestes focos de resistência negra acima citados. Agregaram-se à esta cultura valores, costumes e hábitos adquiridos com a nova vivência do cotidiano, que agora se dava livremente – ou quase, apenas com alguma cautela – sem a vigilância severa dos tempos primeiros do auge da economia açucareira e o sistema de funcionamento dos engenhos.

Apesar do objetivo utópico de se viver como nas comunidades originais da África, o fato de os escravos oriundos das mais diversas etnias africanas conviverem tanto nas senzalas quanto nos quilombos, contribuiu para que a cultura “marginal” dos escravos que vinha se sedimentando desde o século XVI fosse também vivida e enriquecida nos quilombos. Essa nova realidade permitiu a estes negros uma resistência coletiva e uma experiência inovadora, sendo, portanto, somadora de novos elementos e readaptações dessa cultura. Sedimenta, pois, os hábitos consuetudinários da vida nos quilombos e diversos focos de resistência, quer fossem senzalas, quilombos, cidades, engenhos ou quaisquer outros lugares onde se vivesse a experiência da escravização como ela se deu no Brasil.

Antes da chegada da corte portuguesa ao Brasil já havia algumas cidades relativamente grandes e algum mercado interno desenvolvido, dentre outras características de urbanização. Com a chegada da corte, o país tornou-se mais autônomo, tendência que só aumentou ao longo dos anos. Essa infra-estrutura foi abruptamente ampliada com a transformação do Rio de Janeiro em sede do império, com profundas mudanças, como a abertura dos portos às nações amigas, a permissão do estabelecimento de indústrias e manufaturas, a construção de teatros e prédios públicos, transferência da biblioteca real para a recém-transformada capital do império, agora já com aspecto de metrópole.

Em 1810, foram assinados o Tratado de Aliança e Amizade e o tratado de Comércio e Navegação onde, dentre outras coisas, Portugal comprometeu-se em extinguir, ao longo de um determinado tempo, o trabalho escravo (o que agradava a Inglaterra na medida em que trabalhadores assalariados aumentariam o mercado consumidor da colônia).

Com as fontes de metais preciosos já esgotadas, voltou-se ao seu papel tradicional de produtora de matéria-prima e produtos agrícolas, com a diferença que já havia um mercado interno, ainda que este ainda estivesse em segundo plano e a serviço das exportações. Nos anos subseqüentes, as monoculturas voltaram-se para o algodão, o tabaco, a cana-de-açúcar e outros produtos.

Com a Revolução Constitucionalista de 1820, D. João voltou para Portugal, retransferiu a sede do império para Lisboa, deixando D. Pedro I como príncipe regente. Tomou-se uma série de medidas com o objetivo de recolonizar o Brasil, o que causou um grande desconforto que perpassou por todas as classes sociais, sobretudo as elites coloniais. Em 1822 ocorreu, então, a independência, muito mais como um ato de rompimento com a metrópole, que não altera os fundamentos básicos a estrutura colonial. O país independente se configura como uma monarquia e a economia mantém-se em grande medida assentada na lógica da agricultura de exportação.

O primeiro reinado foi marcado por um governo de viés absolutista liderado por D. Pedro I, uma crise generalizada na economia açucareira e o fracasso das políticas econômicas do período, bem como por diversas revoltas por todo o país, culminando com a abdicação de D. Pedro I. Desde o início do 1º reinado, houve uma ascensão da aristocracia rural, que conseguiu proteger-se sob a guarda dos diversos regentes e garantir os seus interesses. Com isso, seguiu-se uma sucessão de regências provisórias – momento marcado por conflitos civis devido as divergências políticas, basicamente - até o golpe da maioria, quando D. Pedro II assume o poder. O segundo reinado é uma fase de grande desenvolvimento econômico, cultural e industrial, diferenciando-se do primeiro reinado pela maior aceitação e implantação de medidas liberais, com a consolidação de uma nação brasileira e, com isso, a formação inicial de uma cultura que

se pode chamar de nacional. É iniciado o ciclo econômico do café e começa uma gradual libertação dos escravos e sua substituição por imigrantes assalariados.

“A organização das fazendas de café no vale do Paraíba e em Minas Gerais defrontou com a falta de mão-de-obra. Inicialmente empregaram-se escravos das antigas áreas de mineração e das lavouras tradicionais da região. No entanto, a ampliação dos cafezais aumentou a necessidade de trabalhadores de tal forma, que nem mesmo o deslocamento de escravos das grandes propriedades nordestinas estagnadas conseguiu suprir”. (COSTA e MELLO, 1999:191).

O sistema escravista já não rendia o necessário e tampouco se enquadrava como dantes às demandas sociais e econômicas, cada vez mais industriais e urbanizadas. Além disso, a Inglaterra pressionava forte e crescentemente pela abolição da escravidão, devido aos seus interesses de aumento mundial de mercado consumidor. Eclodiram pelo país campanhas abolicionistas, de tendências por vezes moderadas, defendendo a mudança por intermédio de leis gradualmente implantadas, mas por vezes radicais, defendendo o estímulo da luta negra pela libertação, contando estas campanhas, inclusive, com o apoio e participação popular.

Depois de tentativas moderadas com o intuito de acalmar os ânimos de abolicionistas e ingleses como as leis Eusébio de Queirós, Saraiva Cotegipe e Visconde do Rio Branco, não houve alternativa, e todo este processo culminou, então, com a assinatura da Lei Áurea, abolindo assim definitivamente a escravidão no Brasil. Não mais escravos, substituídos nos cafezais por imigrantes e assistindo a decadência dos engenhos de açúcar. Não houve opção de inserção na sociedade para os negros, que, apesar de livres, continuaram a margem da sociedade brasileira, sociedade esta, que também sofreu transformações.

Já não era mais a sociedade aristocrata e tradicional e sim um emaranhado de classes sociais típica de cidades onde o desenvolvimento econômico e industrial já havia trazido investimentos e grupos sociais novos.

O decadente império viu, ao fim do século XIX, sua derrocada e o início de uma nova fase: o Brasil república. Nessa nova fase, mudanças significativas para a sociedade ocorreram, com a tomada do poder inicialmente por militares e a formulação de uma constituição (1891) que garantia voto universal para os cidadãos –com a ressalva drástica eleitoralmente de necessidade de alfabetização-, o presidencialismo e diversas medidas que garantiam os benefícios da elite agrária do país, num momento em que o café já havia se tornado a base da economia nacional.

Nessa época tornou-se comum a figura cultural do coronel: grande detentor de terras que utilizava seus recursos e poder para alcançar seus objetivos políticos. Uma figura autoritária que geralmente abusava do poder. As oligarquias agrárias dominavam o poder, numa alternância de paulistas e mineiros na presidência, na chamada política do café-com-leite. Com a região sudeste favorecida pelo governo, as outras regiões foram quase que totalmente abandonadas e, sem investimentos, agravaram seus problemas sociais, que vinham desde o declínio da economia açucareira.

Houve então, nas eleições para 1930, um rompimento da política café-com-leite, com o lançamento da candidatura de Júlio Prestes do Partido Republicano Paulista (PRP) no ano em que a sucessão deveria ser feita por um político indicado pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Este último, depois da derrota na eleição, descontente, alia-se a políticos da Paraíba e Rio Grande do Sul, formando a aliança liberal e indicando um político gaúcho, Getúlio Vargas, à presidência. Inicia-se aí uma revolução liderada pelo próprio candidato Vargas.

Desde os tempos de império pós-abolição até a chamada Era Vargas, os ex-escravos, além de não se inserirem economicamente na sociedade, também não obtiveram inserção cultural. Mesmo depois da abolição, exercer suas práticas culturais de origem negra - como as religiões afro-brasileiras, a capoeira e outras - eram proibidas e severamente reprimidas. A cultura negra sofreu modificações e adaptações ao longo do tempo, acompanhando as mudanças do país e da sociedade em geral. No Rio de Janeiro, a cultura do malandro, praticante de capoeira, das maltas e diversos outros elementos, era agora o que as camadas a margem da sociedade, sobretudo os negros, herdaram da cultura escrava e trouxeram para a nova realidade.

Aliás, desde o período imperial, já havia uma certa estigmatização e marginalização da imagem do malandro e do capoeira. A prática da capoeiragem era proibida por lei, mas as camadas mais pobres dos centros urbanos, principalmente o Rio de Janeiro, conviviam intensamente com essa realidade. Combates envolvendo capoeiras por vezes tornavam-se espetáculos públicos (Soares, 1994). Havia um forte movimento de repressão por parte do governo (tanto no império quanto no início da era republicana), contando inclusive com o aparato penal que dava respaldo para esta ação punitiva.

“Decreto número 847, de 11 de outubro de 1890

Capítulo XIII -- Dos vadios e capoeiras

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal;

Pena -- de prisão celular por dois a seis meses.

A penalidade é a do art. 96.

Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dôbro.

Art. 403. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400.

Parágrafo único. Se fôr estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranqüilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes” (Código Penal Brasileiro, 1890).

Com o início da era Vargas, essa perspectiva negativa da capoeira foi paulatinamente sendo modificada. A visão da sociedade brasileira a respeito dessa prática cultural passa por uma transformação, estimulada por uma certa política governamental. A capoeira sofre um processo de descriminalização: de hábito de vagabundos, malandros e marginais ganha o status de esporte, símbolo cultural da nação brasileira como um todo, com reconhecimento e valorização inclusive internacional.

Essas mudanças ocorreram não ao acaso, mas decorrentes de toda uma política de criação de uma identidade nacional com o objetivo de legitimar e reforçar o novo regime político, o Estado Novo, que pretendia ser visto, doravante, como capaz de formar a nação, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo 2 - Estado Novo e a formação de uma identidade nacional

A partir da revolução de 1930, o governo provisório que se instalou, adotando medidas no sentido de buscar novos caminhos que acabassem com o atraso do país em relação aos países de economia capitalista desenvolvida, superar a crise econômica na qual o Brasil se encontrava no momento e unificar o território sob um governo centralizado (acabando com o federalismo até então instituído, desde o início da república no Brasil), além de medidas políticas de acordo com o reivindicado na revolução. Quando se deu a revolução, diversos setores sociais e políticos apresentaram propostas de governo que atendessem as suas demandas e lhes favorecessem e muitas medidas tomadas de fato pelo governo foram amplamente discutidas e geraram conflitos, que só foram apaziguados com a criação da assembleia constituinte em 1933, que deveria construir uma nova carta constitucional para o país.

Em 1934 a nova constituição foi apresentada ao país e Getúlio eleito presidente por sufrágio indireto. Um ano depois aconteceu o levante comunista, derrotado pelas forças do governo, favorecendo uma escalada repressiva e autoritária servir de justificativa para a implantação de um Estado forte e autoritário, que fosse capaz de conter o avanço do comunismo - considerado a maior ameaça a época para o país -, garantindo a manutenção da ordem e o desenvolvimento, de modo que este não interferisse na mesma.

O Estado Novo começou, então, a partir do golpe de Getúlio Vargas, em 1937, com a outorga de uma nova Constituição, a dissolução do congresso e a eliminação de quaisquer instituições liberais, dentre outras medidas de repressão das possíveis

oposições ao Estado Novo. Além disso, os governantes estaduais foram depostos e Getúlio nomeou, substituindo-os, interventores, com o objetivo de fortalecer o poder central (contando inclusive com todo o simbolismo da famigerada cena da queima das bandeiras dos estados, estando o Brasil agora sob a imponente apenas do pavilhão nacional). Com esta medida, acreditava-se conferir coesão e unidade ao país, além de estar de acordo com o caráter nacionalista que se pretende imprimir do novo regime.

O Estado Novo, apesar de contar com uma rigorosa censura e um forte esquema de repressão à oposição, buscou legitimar-se e justificar-se perante a nação e se valeu, para tanto, de grande investimento em propaganda política, educação e divulgação, desde o controle da imprensa e dos meios de comunicação. Foi criado todo um aparato punitivo e repressor para a vigilância e controle das publicações e para a propaganda política, sendo o principal destes o Departamento de Imprensa e Propaganda, o famigerado DIP, sob o comando do Lourival Fontes, responsável pela propaganda ideológica e política do regime (triagem das publicações e demais formas de expressão quanto a censura).

Divulgava-se a imagem de Vargas como protetor dos oprimidos, líder forte e carismático que traria ao Brasil os benefícios não só sociais, culturais (no sentido de conferir unidade ao país), de segurança, como também materiais e econômicos, vencendo o atraso e a crise nas quais o país se encontrava. O presidente tornou-se um mito, a personificação da identidade brasileira e do próprio Estado Novo, o homem capaz de trazer progresso à nação, de decifrar-lhe as angústias e necessidades e antecipar-lhe o destino; “Guia supremo da nacionalidade” nas palavras de Gustavo Capanema, ministro da educação.

No que diz respeito à economia, houve um esforço no sentido de superar a crise do café e, finalizada esta etapa, investir na modernização e industrialização, estando todo o processo sob o controle do Estado, que, segundo a nova constituição, intervinha de forma a coordenar os fatores de produção adequando-os às necessidades do país. O Estado era intervencionista e ativo na economia; o foco do governo concentrou-se no mercado interno, procurando aproveitar a estrutura já existente. Com essas medidas modificadoras e de intervenção na economia do país, as indústrias básica e têxtil se desenvolveram bastante, dentre outras; o que acabou causando a aproximação por parte dos industriais do governo, mesmo os que inicialmente lhe faziam oposição (Capelato, 2003).

Toda uma legislação trabalhista, que já vinha sendo implantada desde o começo dos anos 30, concedeu direitos e garantias aos trabalhadores que as reivindicavam há muito tempo, o que fez com que o governo ganhasse grande popularidade entre os mesmos. Apesar de beneficiar os trabalhadores, esta legislação também significava um maior controle do governo e restrição da liberdade destes, além do cerceamento de seu direito à formação de sindicatos livres de tutela estatal, garantindo ao governo um maior controle sobre esta grupo da população.

Com essas medidas básicas, dentre muitas outras que seguiam esta mesma doutrina e sentido apresentados, o Estado Novo fixou-se e buscou legitimar-se junto à população, apesar de todo o caráter de repressão, censura e até mesmo perseguição que o caracterizou. Para tanto, houve todo um esforço na formação de um imaginário de nação, que conferisse unidade cultural ao país, valorizando os símbolos nacionais, cuidadosamente escolhidos e uma vez retirado todo o potencial caráter de resistência ou oposição deste aos valores que o Estado buscava enaltecer.

Havia toda uma preocupação em valorizar o que era visto como “puramente” nacional. Esta valorização nacionalista era conveniente para o Estado Novo, uma vez que seu discurso repudiava o liberalismo antes vigente e o comunismo, acusando-os de possuir origens estrangeiras e, portanto, inadequadas à realidade do país, incapazes de gerar ordem e progresso em detrimento do Estado Novo que vinha justamente com esse objetivo e vestido de brasilidade.

“A cultura foi entendida como suporte da política e nessa perspectiva, cultura, política e propaganda se mesclaram” (Capelato, 2003: 125).

Houve então uma forte intervenção do governo nas áreas da cultura e informação com o objetivo de educar a população com a ideologia do regime, valorizar o sentimento de nacionalismo e manter a ordem e o controle sobre as massas. Para tanto utilizou-se, dentre outras coisas, de forte propaganda política. Toda a produção cultural estava submetida ao olhar do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP): rádio, cinema, teatro, livros, periódicos, músicas e quaisquer outros. Criou-se o Ministério da Educação, que também atuava sobre a produção cultural e reunia importantes nomes da época. Os dois órgãos públicos esforçavam-se para expressar um ideário de nacionalidade, de incentivar as produções que enaltescessem a cultura brasileira.

Buscava-se deste modo “produzir” uma identidade nacional que fundisse os mitos e o folclore com os ideais do regime. Os símbolos eram escolhidos cuidadosamente pela afinidade com o senso comum ou importância em algum sentido que o Estado exaltava (militarismo, civismo, etc.) e recebiam, se necessário, um processo de domesticação ao e adaptação ao projeto do regime, para serem expostos e exaltados de forma a valorizar e se oferecer como o Estado Novo: força, progresso, ordem e trabalho.

Pode-se citar como um dos exemplos deste processo o mártir da Inconfidência Mineira; Tiradentes, que apesar de ter sido um rebelde, tornou-se um símbolo da nova brasilidade por lutar pela independência do Brasil, exemplo de civismo e amor à pátria. Duque de Caxias foi exaltado como herói militar, mesmo fazendo parte de uma cultura do Império. O próprio Império, inclusive, era visto com bons olhos pelo regime, na medida em que significava um governo forte e centralizado, capaz de garantir a unidade nacional. Todo o trabalho na formação e sedimentação de uma cultura nacional que valorizasse a brasilidade, os elementos autenticamente brasileiros que o Estado Novo queria expressar, atuava de forma que os elementos culturais eram reais e tinham alguma ligação com a imagem que se queria passar dele, mas geralmente passava por um processo de domesticação para que se adequasse aos moldes do regime.

“A integração política através do mito foi um dos recursos mais utilizados pelo regime. Francisco Campos defende a técnica intelectualista de utilização do inconsciente coletivo para o controle político da nação (Campos, 1941, p.12). Nessa perspectiva, caberia ao intelectual falar a linguagem desse inconsciente, composto de forças telúricas e emoções primitivas. A idéia é a de que o irracional tem muito mais força persuasiva do que a razão porque é capaz de tocar o universo íntimo das camadas populares. Daí o fato de o regime incansavelmente recorrer aos dramas épicos, narrativas heróicas, lendas e crônicas. O civismo e a exaltação aos valores pátrios compõem inevitavelmente o pano de fundo sobre o qual se desenrolam essas narrativas” (Velloso, 1997: 162).

O rádio foi um meio fundamental de difusão da cultura e ideologia do Estado Novo. Era ele um dos veículos de comunicação que garantia a disseminação da homogeneidade de cultura e valores entre a população. Uma característica importante do rádio é a capacidade de atingir as diversas camadas sociais, uma vez que para ouvir não são necessárias cultura, instrução ou educação. Além disso, o rádio permitia uma interação com o interlocutor diferente da comunicação escrita; era mais sensibilizadora, permitia um maior aproximação. Esta forma de comunicação era novidade na época e estava em crescente popularização na sociedade. O próprio regime destacava o poder

persuasivo do rádio, com o “maior potencial socializador do mundo civilizado”, digno, portanto, de especial suporte e rígida vigilância e fiscalização. (Velloso, 1997:)

“o importante do rádio não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes. (...) Vargas quando se referia ao rádio, apontava para sua importância enquanto meio de educação cívica ao mesmo tempo que informador das diretrizes do governo e do alcance de suas medidas.” (Garcia apud Reis, 2002: 46)

O governo então encampou a Rádio Nacional, investiu em uma sua estrutura, contratando personalidades e diversificando a programação, com o objetivo de monopolizar a audiência. Criou A Hora do Brasil, um programa no qual se falava do regime, de suas realizações, utilizando-se de recursos interessantes para garantir a sua audiência, como, por exemplo, a divulgação do resultado de concursos com participação popular durante o programa. Na hora do Brasil e na programação da Rádio Nacional, eram também divulgados elementos da cultura nacional, como música folclórica e informações sobre datas e heróis expressivos da nacionalidade. Essas estratégias, de grande percepção por parte do governo, conferiam alguma popularidade a esses programas e ao regime.

Havia as publicações periódicas do governo, como o jornal A Manhã, que dava informações diversas ligadas a “nova ordem”, bem como notícias culturais; a revista Cultura Política, ligada ao Ministério da Educação e Saúde, escrita por renomados intelectuais da época e voltada um público mais refinado, com textos teóricos e justificção à doutrina do Estado Novo, além de discussões de temas culturais e históricos, muitas vezes escritas até por opositores; e a revista Ciência Política, com um público alvo mais extenso, organizada de forma mais acessível, voltada basicamente para a propaganda política e ideológica. (Carvalho, 1995) Todos os veículos de

comunicação possíveis eram explorados para internalizar na população a cultura e os valores que o regime tentava imprimir.

Apesar de todo o seu caráter repressor, que censura e oprime, o Estado Novo tinha alguns recursos de manifestação da opinião popular em espaços no A Manhã e até mesmo na Hora do Brasil, onde as pessoas se expressavam-se quanto aos acontecimentos e ao regime, tendo assim, mesmo que de forma limitada, alguma voz. Claro que isso era parte de uma estratégia de sedução política, tendo em vista ampliar sua popularidade e legitimidade.

Houve um cuidado especial com o samba, com a imagem do malandro e demais representações negras, por serem historicamente representações de resistência e trabalharem uma linguagem irônica, difícil de reprimir. Estas manifestações foram severamente trabalhadas até que se conseguisse impor uma “regeneração” da figura do malandro, que agora deveria se portar como homem de família, trabalhador, ordeiro e pacífico, ainda com permanência e valorização de um jogo de cintura para driblar as dificuldades, deixou a marginalidade, o culto à vagabundagem e ao desrespeito de leis, a violência e a marginalidade antes características. Ao fim, a imagem do malandro foi de tal modo trabalhada que era inclusive adjetivação do próprio presidente, mitificado pelo regime, devido à capacidade de deixar os adversários para trás, de contornar as situações difíceis sem perder a postura. Era a adaptação ideal da figura-símbolo popular do malandro às intenções do regime.

“Além disso, ao lado de todo esse imaginário magnífico, disseminava-se outro, mais acessível ao gosto popular, que transformava Getúlio em ‘Gegê’. Era o ‘presidente sorridente’, ‘malandro’ que ‘dava rasteira em seus inimigos e os derrotava com facilidade’, incentivando até a vigência de um anedotário popular sobre Vargas. Mário Lago anota, em seu livro de memórias, que era permitido pôr em cena no teatro certas situações que explorassem a imagem de Vargas como ‘o grande malandro, o que ia passando todo mundo para trás, o que sempre tinha um golpe escondido no colete

para derrotar a inimigalhada'. Era o Velho, o boa praça, tudo podia ficar por conta dele, que no fim dava certo.” (Reis, 2002: 40)

Existiam diversas formas de estímulos para sambas que valorizavam o trabalho, como por exemplo, a instituição durante o Estado Novo da obrigatoriedade do uso de temas brasileiros para os enredos das escolas de samba. Este mecanismo também cumpria o papel de assegurar o controle do Estado sobre as letras dos sambas. Com estas mudanças se pretendia que o samba virasse instrumento pedagógico.

“o samba, que traz em sua etimologia a marca do sensualismo, é feio, indecente, desarmônico e arritmico. Mas, paciência: não repudiemos esse nosso irmão pelos defeitos que contém. Sejam benévolos: lancemos mão da inteligência e da civilização. Tentemos devagarinho torná-lo mais educado e social. Pouco importa de quem ele seja filho. O samba é nosso, como nós, nasceu no Brasil. É a nossa música mais popular (...) Não toleramos os moleques peraltas dados a traquinagem de toda espécie. Entretanto, não os eliminamos da sociedade: pedimos escola para eles. A marchinha, o samba, o maxixe, a embolada, o frevo, precisam unicamente de escola” (Reis, 2006:68 apud Salgado, 1941).

Em 1942, uma importante visão estrangeira sobre o brasileiro tomou grandes proporções e ganhou popularidade na própria sociedade nacional, criando uma maior identificação da população brasileira com este estereótipo: um filme da Disney, chamado Alô Amigos, tinha como personagem o recém-criado Zé Carioca, mostrando qual a imagem que o mundo tinha da cultura brasileira e seu povo. E era como o Estado esforçava-se para mostrar: cordial, sorridente, trajes que caracterizavam o malandro, capaz de resolver problemas com sua esperteza.

Como visto durante este capítulo, a nova ordem autoritária do Estado Novo, com o objetivo de se justificar, construiu toda uma identidade nacional, que agregava sentimentos, valores e elementos culturais da sociedade numa busca de unidade nacional. O Estado buscou também estimular o sentimento de exaltação a pátria, o culto ao civismo, a valorização da história do país. Para tanto, escolheu elementos da história e da cultura brasileiras que lhe fossem convenientes e representassem os sentimentos e a

imagem acima descritos. Em alguns casos, foi necessário um processo de domesticação de certos elementos, que possuísem características interessantes aos olhos do Estado, mas pertenciam a um contexto desinteressante, passando assim por uma “moralização” na qual se adequavam à ideologia pregada pelo regime. Duque de Caxias, Tiradentes, o samba (e outros elementos a ele relacionados, como a origem negra do povo brasileiro) e a malandragem são alguns dos elementos que passaram por este processo.

A capoeira foi outro exemplo deste processo de domesticação e adaptação. Antes marginalizada, proibida por lei, associada ao crime e a criminosos, discriminada por pertencer à cultura das camadas mais pobres da população, por sua origem negra e escrava, é associada à violência, teve que ser modificada para que pudesse se tornar símbolo nacional. O que antes era marca de luta e de resistência por um grupo social à margem da sociedade e subjugado, parte da cultura da malandragem (que negava muitos dos valores exaltados pelo Estado) agora passava a símbolo representativo da nação e de um sentimento de brasilidade ligado ao lúdico, pelas mãos de um governo que se queria afirmar por intermediário destes símbolos.

Capítulo 3 – Capoeira: resistência, símbolo da brasilidade ou ambos?

Como foi visto no capítulo anterior, para que pudesse ser divulgada como símbolo da brasilidade e da cultura brasileira, a capoeira precisou passar por todo um processo de separação do contexto, cultura e estereótipo de grupo social com os quais estava envolvida. Era considerada marginal, causa da desordem urbana, violenta, agressiva e primitiva, incômoda para o governo e a elite, uma mácula para a sociedade. Além disso, para um regime que buscava a essência brasileira, a capoeira tinha muito de uma cultura estrangeira, que, não obstante, somou-se a outras que são conhecidas pelo senso comum como origem da nação brasileira, gerada na diversidade cultural e na convivência harmoniosa (talvez não tanto, ou não sempre) de diferentes origens.

Durante o período do Estado Novo e até mesmo num breve momento que o antecede, muitos intelectuais, incentivados por um momento de “redescoberta” da cultura e origens da nação pesquisaram as matrizes africanas de nacionalidade, o que incluiu a capoeira. Em busca da essência do sentimento de brasilidade e das características tipicamente brasileiras, pesquisou-se manifestações culturais supostamente autênticas e puras de nacionalidade, aliando-as às inovações tecnológicas, a modernidade trazida pelo novo regime e busca do homem novo, de novos valores.

Toda a imagem negativa da capoeira passa a ser escrita e divulgada pelos estudiosos que se debruçaram sobre o assunto nos anos 30 como uma cerimônia, a luta passa a ser uma “brincadeira”, passando a ser percebida sob a perspectiva do lazer, mais do que uma arma de luta e defesa pessoal, perdendo a sua imagem de violência e de

ligação com a criminalidade. (Vassallo, 2003) Era comum que capoeira se encontrassem pelas ruas e formassem grupos e rodas de capoeira, onde o intuito não era lutar, mas sim treinar e aperfeiçoar-se, ou mesmo se divertir.

No Rio de Janeiro, a tradição que acompanhava a capoeira era justamente esta de violência, vagabundagem, malandragem que tanto se tentava reprimir. Era também no Rio que a capoeira estava associada às maltas, grupos de capoeiristas e homens de camadas pobres que dominavam determinadas áreas da cidade e andavam portando objetos como facas e navalhas, que por vezes enfrentavam-se em sangrentos confrontos. (Soares, 1994) Começava-se então a formar um ideário de que a capoeira carioca estava descaracterizada, perdera seu valor no contato com a modernidade e a urbanização da capital, enquanto a baiana continuava com sua essência lúdica e pura, mais com um caráter de jogo, brincadeira sem violência, essa sim, que deveria ser reconhecida como símbolo da cultura e dos valores nacionais e divulgada como arte e luta características da nação.

“o caráter de afirmação pessoal, arma de violência, que a capoeira assumiu no Rio de Janeiro, e mais tarde no Recife, não chegou na Bahia. Parece, mesmo, que a forma de capoeira ali existente, que não passa de uma diversão, de uma competição amistosa, está mais próxima de suas origens. A lentidão do ritmo do progresso na província sem grandes comoveções sociais, não modificou a situação relativa das classes, nem deu nova fisionomia à vida urbana.” (Carneiro apud Vassallo, 2003: 5)

Com a pretensão de excluir da capoeira a visão de violência e esta face de cunho ilegal, que não é interessante ao Estado no seu processo de apropriação da cultura nacional, acabou se formando uma dicotomia, que valorizava a capoeira baiana e a tradição nordestina por sua pureza e ausência de contato e influência da modernidade por parte desta (neste caso ligada ao que vinha de fora do país, não brasileiro), modernidade esta que adaptava a capoeira no sentido de afastá-la do que era

originalmente, de suas raízes, em detrimento da capoeira carioca, valorizada apenas sob o pretexto de luta corporal desprovida de sentido folclórico, vale dizer, inautêntica.

Estudiosos começaram a produzir trabalhos nesse sentido, marcando a capoeira baiana como lúdica e autêntica, realizada apenas sob o pretexto de luta corporal, desprovida de sentido folclórico. No período do Estado Novo, ocorre a identificação de diversas espécies de capoeira, sendo a Capoeira Angola reconhecida como a mais pura forma de representação da capoeira, pelo estudioso Édison Carneiro, que não explica o motivo deste reconhecimento em sua obra, mas obtém grande repercussão, que ainda se reflete nos dias atuais. (Almeida apud Vassallo, 2003: 5 ,)

Na década de 30 também estava se formando na Bahia uma nova modalidade de capoeira: a Regional; uma capoeira metódica, tendo como seu idealizador Mestre Bimba, que confere à sua prática método de treinamento e condicionamento físico, instrumentos e princípios pedagógicos, com uma série de regras e ensinamentos básicos, dando uma cara de esporte à capoeira. Esta modalidade ganhou popularidade rapidamente, mas sob o olhar intelectual dos que estudavam capoeira, somou-se às representações cariocas negativas e demais que não a Angola, vista portanto como impura, não autêntica, descaracterizada e desprovida do que era a essência original da capoeira.

O fato é que as capoeiras Angola e Regional ganharam destaque entre as demais modalidades –e ainda o têm-, e representam desde então opostos na capoeira, sendo a primeira a representante da pureza, da idéia dita original, desligada de qualquer vínculo com a violência e luta agressiva, sendo apenas uma forma de lazer e condicionamento físico, em comparação com a regional, que simbolizava o contrário: uma capoeira ligada

apenas à luta, sem ligação a sua raiz e ao folclore do qual deveria descender, desprovida do caráter lúdico que a original valoriza.

Segundo Vassallo, todos os trabalhos de intelectuais ligados ao Estado Novo convergiam para a domesticação e pacificação da capoeira, conferindo-lhe um caráter lúdico, apenas de diversão e “esporte” tipicamente brasileiro, uma das origens fundamentais do povo do país. Todo e qualquer aspecto ou prática ligados à capoeira que fugisse desta visão era considerado ilegítimo, como um desvio da capoeira, que devia ser reprimido para que a real capoeira, a que o Estado exaltava, fosse reconhecida e sabida, a partir do momento, pelo senso comum, que estava acostumado à capoeira impura e ilegítima.

Os intelectuais, como Jorge Amado por exemplo, criam conexão com os capoeiristas, porém articulam-se somente com os praticantes daquela que consideram e justificam como a capoeira pura, dando a estes algum prestígio e tornando-os conhecidos. No caso, o que ocorreu no período estudado foi com relação aos praticantes de capoeira Angola em detrimento dos de outras modalidades. Com todos estes acontecimentos e incentivos, a capoeira Angola se populariza como idéia de capoeira legítima, pura, tradição diretamente descendente da origem africana, conservando sua natureza, seu princípio, sendo, portanto, superior às outras representações desta manifestação.

Com a divulgação desta nova visão da capoeira e conseqüente valorização da modalidade Angola, os praticantes buscam adequar-se a ela, até mesmo pela hierarquização que isto começa a representar no sentido desta modalidade passa a ser vista como superior às outras. Toda a capoeira praticada nos primórdios de sua existência e na época da capoeira escrava, passa a ser considerada capoeira Angola, a

original, que deu suporte ao aparecimento de todas as outras, e é esta que deve ser passada adiante, é esta que representa e simboliza o povo brasileiro.

Houve trabalhos posteriores que identificavam a expressão capoeira Angola apenas como um toque específico de berimbau e não a uma modalidade com movimentação e golpes ou aspectos culturais específicos. Mas, nesse momento, a imagem da capoeira Angola como representação da autenticidade da luta já estava consolidada e não obtiveram credibilidade ou repercussão (Vassallo, 2003). Atualmente identificam-se diversos tipos de toques de berimbau, dentre eles o Angola, mas também são reconhecidos os dois tipos (Angola e Regional) de capoeira com características em termos de movimentação diferentes. As academias, de um modo geral, buscam passar as duas, mas possuem todo um método e didática próprias do que inicialmente era a capoeira regional, até porque passou ao status de esporte reconhecido, inclusive internacionalmente.

Com isso, a capoeira como símbolo da resistência negra, da não-aceitação à cultura imposta, da insubordinação ao colonizador dominador e violento, passava apenas a ser visto como prática utilizada para se divertir, passar o tempo, uma dança, um jogo, uma competição amistosa que visava apenas o lazer. Ocorria de certo modo, ou pelo menos foi difundida largamente e criou vínculos e raízes no pensamento popular e do nicho social ligado a prática da capoeira, o que era pretendido pelo Estado Novo e seu projeto político de dominação pela cultura e homogeneização da identidade nacional brasileira.

Mestre Pastinha, mais famoso praticante da capoeira Angola e um dos primeiros a fazê-lo, é um exemplo. Abriu sua primeira escola de capoeira em 1910 e, em 1941, inaugurou na região do pelourinho, em Salvador, uma escola de capoeira reconhecida

pelo governo, não por acaso sob a insígnia de Centro Esportivo de Capoeira Angola. Com esta atitude, Pastinha inovara em diversos sentidos: apropriando-se do termo Capoeira Angola, associando-o à prática esportiva, legalizando sua atividade. Pastinha chegou a escrever um livro e gravar um disco sobre capoeira, onde fica evidente sua ligação com autoridades de grande prestígio e importantes nomes da indústria cultural no Brasil e do poder público. (Vassallo, 2003)

Paradoxalmente, a capoeira Angola, o Mestre Pastinha e o próprio projeto cultural do novo regime, contribuíram bastante para a modernização e modificação do caráter da capoeira. Nesta época, a capoeira ganhou ilustres praticantes e aprendizes, deixando de ser exclusividade das camadas mais pobres e popularizando-se entre universitários e jovens de classes mais abastadas. A capoeira institucionalizou-se, ganhou estatuto, representatividade oficial, e acima de tudo, status perante a sociedade. Não era agora uma briga de rua, exercida por marginais e vagabundos. Era esporte praticado pela nata da sociedade, símbolo de brasilidade. Além disso, a capoeira deixa de ser uma luta, não é mais realizada com o objetivo de defender e atacar outro corpo, é um jogo, uma combinação de movimentos entre duas pessoas ao som de instrumentos típicos desta cultura; cultura esta, diga-se de passagem, que é agora espetáculo do turismo.

Cada vez mais, o que era uma luta passava a ser uma apresentação onde havia uma sincronização de movimentos que simbolizavam ataque e defesa, uma demonstração de destreza, força e habilidade, não raro realizada até em apresentações solo, um espetáculo turístico que mostrava uma arte puramente brasileira, mas com atitudes cada vez menos ligadas as origens africanas ¹.(Soares, 1994) O próprio mestre

¹ Por exemplo, tirar cigarros da boca de uma pessoa com golpes de capoeira, pegar dinheiro no chão com a boca plantando bananeira.

Pastinha reconhece que a mudança descaracterizou a capoeira como ele a conhecia perdendo progressivamente sua capacidade letal:

“No começo é que foi bom, capoeira era luta mesmo, era briga mortal. Por isso é que não pode ser esporte (...). Para o capoeirista brigar, tem que dar o golpe com força mortal. Por isso que agora se faz o jogo da capoeira à distância maior do que o normal, mais lenta, para não acertar, para não matar ninguém.” (Vassallo, 2003:, 12)

Apesar disto, a capoeira praticada e divulgada por Mestre Pastinha e os que o sucederam, continuou sendo exaltada e abordada como representante cultural e folclórica legítima e pura da origem da capoeira no Brasil. Com os mecanismos utilizados na busca por prestígio e consolidação da capoeira (que resultou na sua apropriação pelas camadas superiores da sociedade, no seu status de esporte, incentivo governamental e reconhecimento internacional), esta perde seu caráter tradicional e deixa de ser praticada como em sua origem (tampouco o é atualmente). (Vassallo, 2003).

A tentativa de domar a capoeira pelo projeto ideológico e cultural do Estado Novo certamente deixou marcas nesta manifestação cultural que permanecem até os dias atuais, modificando o modo de se praticá-la, bem como a visão da sociedade brasileira e do mundo a seu respeito.

Considerações finais

Atualmente, nas academias e demais locais de prática da capoeira, têm se feito, de modo geral, um trabalho de resgate da cultura, dos valores e do padrão original da capoeira, inclusive com o incentivo a trabalhos e pesquisas sobre o assunto como requisito para subir na hierarquia do esporte (trocar de cordel ou corda). Existem, além disso, diversos estudos e trabalhos escritos por pesquisadores e intelectuais de renome (acadêmicos ou não) sobre o momento inicial da capoeira escrava, no contexto de um processo de resistência à cultura imposta pelo dominador na qual se encontravam diferentes nações africanas que apenas tinham em comum a origem do continente e a condição escrava nas terras de além-mar. Após ter alcançado o status de esporte e obtido reconhecimento e aceitação, é dotada de todo um aparato instrumental e de metodologia pedagógica para o seu ensino, permanecendo no entanto como símbolo da cultura nacional e parte de uma suposta essência brasileira.

Conforme explicitado no capítulo anterior, é também inegável que houve um esforço de domesticação e adequação da capoeira aos valores nacionalizantes do Estado Novo, que deixou marcas no modo de se praticar a capoeira e no contexto cultural de compreensão do seu significado político. Formou-se um ideal de pureza e autenticidade como aspiração dos praticantes, símbolo da cultura nacional e instrumento de estudo de intelectuais e ideólogos. No âmbito internacional, consolidou-se como “luta” legitimamente brasileira, proveniente das origens do povo que, no entanto, pratica-se de uma forma lúdica e não-violenta, com o intuito apenas de lazer, condicionamento físico e divertimento, contando inclusive com instrumentos musicais e canções.

Considerando tudo que foi visto ao longo do presente trabalho, chega-se à conclusão de que, independente de se ter alcançado plenamente ou não o objetivo estado-novista de domar capoeira e caracterizá-la como um símbolo nacional, em consonância com certo projeto político-ideológico, as transformações porque passou podem ser percebidas até os dias atuais. Com efeito, hoje em dia a capoeira com seu caráter lúdico, não mais de luta, mas de jogo, pode ser claramente identificado na sua exaltação como símbolo autêntico e legítimo da cultura nacional, comparada ao samba e a feijoada. Não obstante, é de domínio do senso comum também, a associação da capoeira com a imagem do malandro, ícone da boemia, que andava vestido sempre a caráter e de navalha no bolso. Ou a imagem do ex-escravo, quilombola, que luta contra o que lhe é imposto e contra tudo que o fez alvo de discriminação. Ou ainda, como símbolo de uma cultura negra nacional. Sentidos diversos e embaralhados, num jogo plural e ambíguo.

Portanto, pode-se dizer que, apesar de deixar marcas profundas na organização da capoeira tal como ela é hoje, o projeto do Estado Novo não obteve êxito de forma completa, ou, melhor dizendo, gerou efeitos não previsíveis que, bem ou mal, formam a história da capoeira e seu lugar incontestado na cultura brasileira.

Bibliografia

_do_canto_dos_poetas.pdf. Acesso em: 03/10/2006.

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. *Roda de capoeira angola e a força do canto dos poetas*

- *uma abordagem sobre a noção de circularidade do tempo*. Disponível em:

<http://www.grupomel.>

ufba.br/textos/download/roda_de_capoeira_angola_e_a_forca

AREIAS, Almir das. **O Que é Capoeira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Identidade e alteridade na formação sócio-cultural

brasileira *Disponível em:*

http://www.asafti.org/trabsprimsimposio/Renato_Nunes_Bittencourt.pdf Acesso

em: 15/06/2007.

CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: o que trouxe de novo? *In: FERREIRA,*

Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o*

tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado

Novo.

CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira. Os Fundamentos da Malícia**. Rio de Janeiro: Editora

Record, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. 1995, "Brasil: nações imaginadas". *Antropolítica*, 1: 7-

36.

CHAUI, Marilena. **Cidadania Cultural. O Direito à Cultura**. São Paulo: Editora

Fundação Perseu Abramo, 2006

COSTA, Luis César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Scipione, 1999.

CUNHA, Fabiana Lopes da. *Negócio ou ócio? O samba, a malandragem e a política trabalhista de Vargas*. Disponível em:
www.academiadosamba.com.br/monografias/fabiana.pdf. Acesso em: 19/07/2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões, **A Capoeira na Bahia de Todos os Santos. Um Estudo Sobre Cultura e Classes Trabalhadoras (1890-1937)**. Goiânia: Editora Grafset, 2004.

REIS, José Roberto Franco. *Não existem mais intermediários entre o governo e o povo: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937 – 1945)*, 2002, Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ROCHA, Silvia Pimenta Velloso. *O homem sem qualidades: modernidade, consumo e identidade cultural*. Disponível em:
<http://www2.uerj.br/~fcs/contemporanea/n3/conexpimenta03.htm> Acesso em:
28/02/2007

SALGADO, Álvaro. Radiodifusão social. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, n. 6, 1941.

SANSONE, Livio. *Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil*. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132000000100004&script=sci_arttext Acesso em: 12/03/2007

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Negregada Instituição. Os Capoeiras no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1994.

VASSALLO, Simone Pondé. Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira “autêntica” Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/354.pdf>. Acesso em 09/05/2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.*

WILCKEN, Patrick, **Império à Deriva. A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808 – 1821.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2005.

ZAGO, Denise. *Nacionalismo e nacionalização no Brasil.* Disponível em: <http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006/Denise%20Zago.pdf>. Acesso em: 30/01/2007.